

TRIBUNA DA IMPRENSA

Especialistas criticam na Câmara sistema de saúde vigente no País

BRASILIA — Mais de 80 por cento dos recursos destinados à previdência e saúde são desviados para compra de medicamentos e hospitalização, deixando 40 por cento da população brasileira marginalizada de qualquer tipo de atenção neste setor. Em 1978, a previdência gastou Cr\$ 160 bilhões em assistência médica 4,5 por cento do produto interno bruto, dos quais Cr\$ 30 bilhões em medicamentos — quarta parte na aquisição de psicotrópicos e antibióticos.

Essa distorção foi debatida ontem na Comissão de Saúde da Câmara pelos sanitários Carlos Gentile de Mello (ex-assessor do Ministério da Saúde) e Carlyle Guerra Macedo, da Organização Panamericana de Saúde, e pelo economista do Instituto de Pesquisas econômicas, Eduardo Kertz, na mesa redonda sobre "Crise no Sistema de Saúde do País".

Os especialistas acusaram o atual modelo econômico brasileiro, aliado à crescente desorganização institucional e sofisticação dos serviços de saúde; o aumento gradativo da privatização da medicina e o domínio das multinacionais de medicamentos, como os responsáveis diretos pelo alto índice de desnacionalização da indústria farmacêutica nacional.

Estes fatores impõem ao Brasil uma tecnologia altamente sofisticada — de custos elevados e eficácia duvidosa — levando o país a importar 75 por cento dos insumos básicos para fabricação de medicamentos, e dos 25 por cento adquiridos internamente, 18 por cento

são controlados pelas multinacionais, conforme foi revelado. Além disso, as despesas de comercialização — embalagem e propaganda — são responsáveis por 41 por cento do custo de mercado dos remédios, fato que levou os deputados membros da comissão a aplaudirem a afirmação do conferencista de que "este sim é um problema de segurança nacional".

Os três conferencistas foram unâmes em considerar a necessidade de mudança radical no modelo econômico brasileiro, a fim de sanar os graves problemas de saúde, sugerindo a unificação dos Ministério da Saúde e Previdência Social. A tese foi apoiada pelos parlamentares de ambos os partidos, não havendo contestação de nenhum arenista.

Residentes esperam 60 dias

O presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), Paulo Gadelha, entregou ontem ao presidente do INAMPS, Harry Graeff, um abaixo assinado com 1.000 assinaturas de residentes de todo o Brasil exigindo carteira assinada.

Graeff prometeu encaminhar o documento ainda hoje ao ministro da Previdência Social, Jair Soares, e se ofereceu como mediador em futuras negociações, pronunciado-se favoravelmente à medida: "Questão legal deve ser cumprida."

O prazo dado pela ANMR é de uma semana, sendo que depois disso haverá no dia

9, assembleia em todos os Estados para avaliar a proposta. Caso seja negativa a resposta será decretada nova greve.

Quanto à moradia dos residentes, que está sendo suprimida em muitos hospitais, Graeff esclareceu que já havia mandado ordens para sustar o processo de despejo, "mas houve dificuldades burocráticas que deverão ser superadas imediatamente". Ainda como medida, encarregou o chefe do Departamento de Treinamento de Pessoal do INAMPS, Milton Machado, de cuidar do problema e devolver a moradia dos residentes do Hospital dos Servidores do Exército, muitos dos quais já haviam sido desalojados.

A ANMR pediu ainda solução para o problema dos residentes de Pernambuco, que se negaram a assinar o contrato de trabalho porque desobedecia a Resolução nº 4 da Comissão Nacional de Residência Médica (criada em setembro de 1977 por decreto do general Geisel) que prevê 60 horas semanais de trabalho, vestuário e moradia. Reivindicam também que as demissões de residentes só possam ser feitas através das comissões de residência, que por lei devem existir nos hospitais, com direito a recurso. Harry Graeff prometeu solucionar estas reivindicações, além do problema dos residentes de Pernambuco. A esse respeito, Paulo Gadelha admitiu que a "postura dos ministros da Previdência está mudando, pois eles já reconhecem que o residente presta serviços profissionais".

15/4/ABR/1979